

Sobre a ilusão na Margem Equatorial¹

Alessandra Cardoso²

O governo federal sustenta seu apelo pela exploração de petróleo na Margem Equatorial com base em duas narrativas principais: a da segurança energética nacional e a da promessa de desenvolvimento para uma região historicamente excluída de oportunidades. Ambas são tão poderosas que capturam o imaginário nacional e obscurecem a real compreensão do que está em jogo.

No que diz respeito à segurança energética, os dados oficiais do Plano Decenal de Energia (PDE 2034) colocam essa justificativa em xeque. Mesmo sem considerar a exploração na região da Foz do Amazonas, a produção brasileira deve atingir o pico de 5,2 milhões de barris por dia em 2030. Desse total, cerca de 60% serão destinados à exportação. E, ainda com a queda estimada para 4,2 milhões de barris em 2034, o país deverá exportar 53% do que produzir. Além disso, a tendência de substituição das fontes fósseis, impulsionada pela trajetória da transição energética no país, reduzirá a demanda interna por petróleo no horizonte pós-decenal.

Assim, a expansão da fronteira de exploração na Margem Equatorial cumpre a função de reforçar a posição do Brasil na geopolítica global como exportador de petróleo cru. Vale lembrar que, em 2024, o petróleo liderou as exportações de commodities brasileiras, superando a soja.

Logo, o discurso da segurança energética doméstica mascara um problema que não pode ser ignorado. Se por um lado, o país mantém sua dependência econômica associada à lógica primário exportadora, por outro, se vê fragilizado como liderança no debate climático global, em pleno os arranjos para sediar a 30ª Conferência das Partes (COP30), quando serão discutidas justamente as ações conjuntas para combater o aquecimento global.

É preciso sempre lembrar que mais de 80% das emissões globais de gases de efeito estufa decorrem da queima de combustíveis fósseis, especialmente do petróleo. Esse problema não é somente doméstico, é eminentemente global. A transição para além dos combustíveis fósseis exige que os países sejam capazes de estabelecer critérios e instrumentos que viabilizem essa transição de forma “justa, ordenada e igualitária”. Mas estamos longe desse cenário.

As decisões nacionais de ampliar a produção e exportação serão cobradas na conta global de emissões de carbono. Mas o atual governo se esquia desse debate tentando justificar, de forma frágil, a expansão da fronteira de exploração em nome da segurança energética nacional. Perdemos, assim, a oportunidade de, como país anfitrião da COP30, liderar pelo exemplo no cenário multilateral, promovendo um debate de alto nível que represente um marco de maturidade para o chamado “direito ao desenvolvimento”, que precisa evoluir rapidamente para o debate acerca de que desenvolvimento

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/sobre-a-ilusao-na-margem-equatorial.ghtml> Acessado em 05.06.2025

² Assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

precisamos diante da emergência climática global.

É verdade que, enquanto o petróleo for amplamente consumido, haverá países disputando seu fornecimento. Também é fato que os bilhões de reais ou dólares em investimentos geram empregos, movimentam cadeias produtivas e resultam em arrecadação de impostos. Mas esse resultado está cada vez mais longe de ser vocalizado pelo setor de óleo & gás. O país tem condições de se tornar potencial mundial em combustíveis do futuro, assim como em bioeconomia. O que falta é prioridade política para que recursos e capacidades institucionais sejam canalizadas com mais força às novas trajetórias de desenvolvimento. Subsídios que hoje reforçam de forma artificial a rentabilidade do petróleo poderiam, por exemplo, serem reformados liberando recursos para a superação da dependência fóssil e aceleração dessas trajetórias.

A defesa pró expansão da fronteira do petróleo argumenta ainda que a chamada “renda do petróleo” (royalties, participações especiais, bônus de assinatura) é fundamental à superação das desigualdades sociais. No entanto, essa relação não é direta, muito menos garantida.

O que se observa hoje é uma grande incoerência entre a realidade e o discurso da redenção social por meio da renda do petróleo. Um estudo recente do Inesc traçou um panorama completo da arrecadação, distribuição e uso dessa renda no Brasil. A pesquisa evidencia desde a excessiva concentração dos recursos em poucos Estados e municípios até a judicialização, no plano subnacional, de normas que garantiriam uma repartição mais justa no país e a obrigatoriedade de aplicação dos recursos em políticas de educação e saúde.

Essas questões revelam que a narrativa pró-exploração da Margem Equatorial está envolta em véus retóricos que pouco contribuem para um debate sério sobre petróleo, clima e desenvolvimento. A tríade formada por segurança energética, desenvolvimento e exploração do petróleo ecoa fortemente no imaginário desenvolvimentista, mas carece de avaliações fundamentadas em critérios técnicos e evidências que a sustentem.

Quanto à narrativa do desenvolvimento regional, grande parte do discurso idealizado de redenção da Amazônia se ancora na expectativa de aumento significativo das receitas do Estado do Amapá com o recebimento de royalties. No entanto, esses recursos estariam concentrados nesse Estado e só começariam a chegar dentro de aproximadamente dez anos - em um cenário repleto de incertezas quanto ao crescimento da economia global e à tendência de queda da demanda e do preço do petróleo. Isso torna instável e provavelmente superestimada a expectativa em torno dessa futura arrecadação.

Tal cenário, distante do idílico desenvolvimento amazônico, se agrava diante da perspectiva de flexibilização das regras de licenciamento ambiental que, na versão aprovada no Senado, chancela a avaliação política de projetos e está claramente endereçada a viabilizar a sanha exploratória na Margem Equatorial à revelia do mecanismo de precaução.

É assim, em nome de uma ideia vaga de soberania nacional e desenvolvimento, que o governo vem se esquivando da responsabilidade histórica de ponderar os reais custos e implicações - bem como os eventuais benefícios - da expansão da fronteira de exploração até a Foz do Amazonas, tanto para o país quanto para a região amazônica.